

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 1º a 5 de fevereiro de 2016, em Brasília.

LULA E A ECONOMIA NOS CALCANHARES DA PRESIDENTE DILMA

As investigações em curso sobre o ex-presidente Lula, e a investida da oposição para multiplicar seu desgaste na opinião pública, fragiliza a sustentação do governo Dilma. Mesmo que o caminho do impeachment tenha ficado mais difícil com a decisão do STF, a presidente não contará com a força e a imagem anterior de Lula para defendê-la.

Os movimentos sociais ligados à esquerda continuam se mobilizando, mas sem Lula sua capacidade de mobilização deve se reduzir. Enquanto isso, a oposição ganha mais força na sociedade. Isso não é suficiente para destituir a presidente. A experiência mostra (Collor) que é preciso articulação parlamentar para isso. E, nesse quesito, a oposição tem se recusado a dialogar com quem tem maioria no Congresso, o PMDB.

Aturdida pela crise política e seus desdobramentos, a presidente ainda tem que enfrentar a crise na economia. Essa decorre essencialmente de três fatores: os erros da política fiscal, os equívocos das medidas econômicas e das dúvidas, entre agentes e econômicos, sobre a capacidade do atual governo enfrentar essa realidade e encontrar uma saída que retome o crescimento. Mesmo com as correções que estão sendo feitas na política interna, nada garante o retorno da estabilidade. Essa também depende da reação da economia mundial. Por isso, uma coisa é o discurso e outra a realidade.

A área econômica do governo vende o que não tem garantias de poder entregar. Isso decorre também da dificuldade do Planalto de ter apoio na Câmara para corte de gastos no orçamento e de aumento de receita (CPMF).

Poder Executivo

Presidência da República

A presidente **Dilma Rousseff** se reuniu na manhã desta segunda (1º) com o ministro **Jaques Wagner**, (Casa Civil). Na sequência, Dilma recebeu o presidente da República da Bulgária, **Rosen Plevneliev** para discutir, entre outros temas, comércio e investimentos, ciência e tecnologia e educação, além de questões da agenda global. No fim do dia, a presidente se reuniu com o ministro **Edinho Silva** (Comunicação Social).

Nesta terça (2), Dilma receberá **Evo Morales**, presidente da Bolívia, A reunião objetiva reforçar e dinamizar os mecanismos de coordenação política, econômica e comercial entre os países.

Vice-Presidência

Nesta semana, o vice-presidente, **Michel Temer**, cumpre agenda realizando viagens para Fortaleza (CE) e São Luís (MA) junto a sua caravana, que segue visitando as principais capitais brasileiras para tentar reunificar o PMDB em torno de um projeto nacional. Além de encontros com os correligionários, a agenda do vice-presidente prevê, ainda, eventos com setores da sociedade civil, empresários, entidades religiosas e a mídia local.

Casa Civil

O ministro **Jaques Wagner** se reuniu hoje (1º) com seu assessor **Éden Valadares**, e com a secretária-executiva da pasta, **Eva Maria Chiavon**. Na sequência, esteve com **João Carlos Salles Pires da Silva**, reitor da Universidade Federal da Bahia; com o ministro **Ricardo Berzoini**

	<p>(Secretaria Geral); e recebeu Aldemir Bendine, presidente da Petrobras. No fim do dia, compareceu à reunião ministerial.</p>
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	<p>Começaram hoje (1º) as inscrições para a 68ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que será realizada de 3 a 9 de julho, na Universidade Federal do Sul da Bahia. O tema desta edição é <u>Sustentabilidade e Tecnologias para Integração Social</u>.</p>
Ministério das Cidades (MCid)	<p>Nesta segunda (1º) o ministro Gilberto Kassab concentrou sua agenda em reuniões internas. Amanhã (2), Kassab cumpre agenda em São Paulo, onde anuncia a contratação de investimentos no valor de R\$ 19,77 milhões para a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Barroco – 1ª Etapa, no município de Santa Bárbara D'Oeste, na região metropolitana de Campinas.</p>
Ministério das Comunicações (MiniCom)	<p>O ministro André Figueiredo participou hoje (1º) da reunião Extraordinária do Conselho de Administração dos Correios e realizou despachos internos em seu gabinete.</p>
Ministério da Defesa (MD)	<p>O ministro Aldo Rebelo recebeu nesta segunda em audiência o governador de Sergipe, Jackson Barreto. Na sequência, se reuniu a comitiva dos Emirados Árabes, e esteve com a embaixadora de Cuba, Marielena Ruiz Capote.</p>
Ministério da Fazenda (MFAZ)	<p>O ministro Nelson Barbosa se reuniu nesta segunda (1º) com representantes da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio) e da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (Aprobio).</p> <p>Representante do Ministério cumpre agenda internacional indo à Cidade do Cabo (África do Sul) a fim de participar das reuniões do Policy Development Group (PDG) e do Coherence and Calibration Task Force (CCTF), promovidas pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS); e a Paris (França) para participar da Reunião do Grupo de Trabalho Large Business Programme (LBP), promovida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).</p>
Banco Central do Brasil (BACEN)	<p>O Boletim Focus divulgado hoje (1º) estimou que a projeção para o IPCA passou de 7,23% para 7,26%. Para 2017, a estimativa subiu por três semanas consecutivas - desta vez, passou de 5,65% para 5,80%. As estimativas de inflação estão distantes do centro da meta, de 4,5%, e neste ano supera o teto, de 6,5%. O limite superior da meta em 2017 é 6%. As intuições financeiras também projetam retração da economia em 2016. A estimativa para a queda do PIB, foi levemente ajustada de 3% para 3,01%. Para 2017, as instituições financeiras esperam por recuperação da economia, com crescimento de 0,7%. A estimativa anterior de expansão era 0,8%. A produção industrial deve apresentar retração de 3,8% este ano, contra 3,57%, previstos na semana passada. Em 2017, o setor deve se recuperar, mas a projeção de crescimento foi mantida em 1,5%. A</p>

<p>Comissão de Valores Mobiliários (CVM)</p>	<p>projeção para a cotação do dólar subiu de R\$ 4,30 para R\$ 4,35, ao final de 2016, e foi mantida em R\$ 4,40, ao fim de 2017.</p> <p>O chefe de Assessoria de Análise e Pesquisa da Comissão de Valores Mobiliários, Wang Horng, vai a Roma (Itália) para participar da Reunião do Comitê nº 5 da Organização Internacional das Comissões de Valores e da Reunião do "Work Stream 3" do "Financial Stability Board", com retorno previsto para esta sexta (5).</p>
<p>Ministério da Justiça (MJ)</p>	<p>Nesta segunda (27), o ministro José Eduardo Cardozo se reuniu com o governador de Pernambuco, Paulo Câmara, para discutir questões do estado. Na sequência, recebeu o governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, para discutir temas afetos à gestão do estado, e, no fim da tarde, participou da Sessão Especial de Abertura do Ano Judiciário de 2016, na sede do Supremo Tribunal Federal.</p>
<p>Ministério de Minas e Energia (MME)</p> <p>Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)</p>	<p>O ministro Eduardo Braga reuniu-se hoje (25) com o governador do Paraná, Beto Richa; esteve com Rui Altieri, presidente da CCEE; e com Nelson Colaferro, presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR)</p> <p>O diretor-geral Romeu Rufino reuniu-se hoje (1º) com representantes da CCEE, onde realizou apresentação do Panorama da Comercialização de energia em 2016. Amanhã (2), coordena a 3ª Reunião Pública e Administrativa Ordinária da Diretoria. Já na quarta (3), participa da 164ª Reunião do CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, e na quinta se reúne com o deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS), para discutir os <u>valores das tarifas para irrigantes</u>.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)</p>	<p>O diretor de Fomento à Inovação, Igor Manhães, vai a Londres e Manchester (Reino Unido) para participar da Missão Empresarial de Startups do Programa InovAtiva, programa do Ministério que oferece aceleração em larga escala para negócios inovadores de qualquer setor e qualquer lugar do Brasil.</p> <p>Representante do Ministério cumpre agenda internacional indo a Lagos (Nigéria) para participar do West Africa Trade & Export Finance Conference 2016, evento que reúne profissionais da área de comércio e finanças da região.</p> <p>A balança comercial divulgada nesta segunda (1º) apresentou os resultados do primeiro mês de 2016, com <u>saldo positivo de US\$ 923 milhões</u> na balança comercial brasileira - resultado de exportações de US\$ 11,246 bilhões (média diária de US\$ 562,3 milhões) e importações de US\$ 10,323 bilhões (média de US\$ 516,1 milhões). Este é o primeiro saldo comercial positivo para meses de janeiro desde 2011. No mesmo período do ano passado, foi registrado déficit de US\$ 3,170 bilhões. O resultado foi influenciado principalmente pelas exportações de aviões, produtos do setor automotivo e agrícolas, como milho – cuja exportação foi recorde de 4,5 milhões de toneladas – e soja em grão. Apesar do superávit alcançado no mês, as vendas externas do país tiveram queda de 13,8%, pela média diária, em relação a janeiro de 2015, e retração de 26,3% na comparação</p>

	<p>com dezembro do ano passado. Neste mesmo comparativo, as importações decresceram 35,8%, em relação a janeiro do ano passado, e aumentaram 7,7%, na comparação com dezembro de 2015. A corrente de comércio alcançou o valor de US\$ 21,568 bilhões – queda de 25,9%, pela média diária. Brandão explicou que, no caso das exportações, o índice quantum, que mede os volumes exportados, apontou crescimento de 8,4%, na comparação com janeiro de 2015. Já os preços dos produtos vendidos caíram 20,4% na mesma comparação. “O desempenho das exportações foi claramente impactado pela queda internacional de preços, uma vez que houve crescimento nos volumes embarcados”, disse.</p>
<p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)</p> <p>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)</p>	<p>O ministro Valdir Simão se reuniu nesta segunda (1º) com os governadores de Mato Grosso, Pedro Taques, e do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão.</p> <p>O Instituto divulgará ao longo desta semana a <u>Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil</u>, referente a dezembro/15; e o <u>Levantamento Sistemático da Produção Agrícola</u>, o <u>Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil</u>.</p>
<p>Ministério dos Transportes (MTrans)</p>	<p>O ministro Antonio Carlos Rodrigues reuniu-se hoje (1º) com o ministro de Obras Públicas, Serviços e Habitação da Bolívia, Milton Claros e o ministro de Planejamento do Desenvolvimento da Bolívia, René Orellana.</p>

Poder Legislativo

<p>Congresso Nacional Plenário</p>	<p>O Congresso agendou a <u>sessão solene para terça (2), às 15 horas, marcando o início ao ano legislativo de 2016</u>. No Plenário da Câmara dos Deputados, os chefes do Poder Executivo e do Poder Judiciário vão entregar as mensagens dos respectivos poderes ao Parlamento, sinalizando para a população quais serão as prioridades do País para o ano que está começando.</p> <p>Participarão da cerimônia, além do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e do Senado, Renan Calheiros, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, representando o Judiciário, e o ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, representando o Executivo, no lugar da presidente Dilma Rousseff. As mensagens serão lidas em Plenário, seguidas de pronunciamentos dos presidentes da Câmara e do Senado.</p>
<p>Câmara dos Deputados Plenário</p>	<p>Na Câmara dos Deputados, a expectativa sobre a retomada dos trabalhos legislativos aguarda a definição do <u>rito do impeachment</u> para que seja esclarecido pelo Supremo Tribunal Federal. O presidente da Casa, Eduardo Cunha, vai protocolar no STF embargos de declaração para questionar a decisão dos ministros de proibir que a eleição do colegiado seja secreta e para que se dê com a participação de chapas avulsas.</p> <p>Até manifestação definitiva do Supremo, <u>a ordem de Cunha é que nenhuma comissão temática eleja presidente</u>. Com isso, o peemedebista</p>

pressiona o governo, que precisa dos colegiados funcionando para ver projetos de interesse aprovados. E também se beneficia ao paralisar o processo de cassação de seu mandato no Conselho de Ética.

Apesar da provável paralisia das Comissões, o Plenário da Câmara deverá seguir com as votações. Na quarta (3), líderes de partidos políticos se reúnem com o presidente Eduardo Cunha para definir a pauta. Podem ser votadas as três medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta, são elas: **MPV 692/15**, que eleva o Imposto de Renda da Pessoa Física sobre o ganho de capital; **MPV 695/15**, que autoriza a loteria instantânea Lotex a também explorar comercialmente eventos de apelo popular e licenciamentos de marcas e de personagens; e **MPV 696/15**, que modifica a estrutura e as competências de ministérios e de órgãos da Presidência da República (reforma administrativa).

Dois projetos de lei também trancam a pauta de votações: o **PL 3123/15**, que cria regras para o cálculo do teto salarial de servidores públicos, cujo objetivo é reduzir gastos com supersalários; e o **PL 2016/15**, que define o crime de terrorismo, prevendo penas de até 30 anos de prisão, e que é considerado importante em ano de jogos olímpicos no País.

Alguns partidos vão definir os líderes na primeira semana de fevereiro e há previsão de disputa nas duas maiores bancadas da Câmara. Para quarta-feira (3), o PT escolhe o novo líder a partir dos nomes de **Afonso Florence** (BA), **Paulo Pimenta** (RS) e **Reginaldo Lopes** (MG). No mesmo dia, termina o prazo para a inscrição de candidaturas à liderança do PMDB. Disputam **Leonardo Picciani** (RJ), ligado ao Planalto, e **Hugo Motta** (PB), com um discurso mais independente e próximo de Eduardo Cunha. A eleição ocorre no dia 17. O DEM se reúne com tendência de aclamar o deputado **Pauderney Avelino** (AM).

O PSDB já escolheu **Antonio Imbassahy** (BA). O PDT também já definiu que seu líder em 2016 será o deputado **Weverton Rocha** (MA). PPS, PTB e PP são alguns dos partidos onde a liderança ainda está indefinida. Outros partidos, no entanto, anunciaram a recondução de seus líderes desde o ano passado: são os casos de **Fernando Coelho Filho** (PSB-PE); **Maurício Quintela Lessa** (PR-AL); e **Rogério Rosso** (PSD-DF).

CPI do BNDES

Nesta quinta (4), a Comissão se reúne para apresentar os está prevista a apresentação dos relatórios setoriais: i) Financiamentos a contratos internos, a cargo do deputado **Alexandre Baldy** (PSDB-GO); ii) Financiamentos a contratos externos, a cargo da deputada **Cristiane Brasil** (PTB-RJ); iii) Financiamento a entes federados, a cargo do deputado **André Fufuca** (PEN-MA); e iv) Participações em empresas, a cargo do deputado **André Moura** (PSC-MA).

CPI Fundos de Pensão

Na quarta (3), a Comissão realiza **audiência pública** para tomada de depoimento do ex-tesoureiro do PT, **João Vaccari Neto**.

Senado Federal

Nesta terça (2), os senadores **Aloysio Nunes** (PSDB-SP), **Aécio Neves** (PSDB-MG) e **Ricardo Ferraço** (PMDB-ES) se reúnem com o presidente da Argentina, **Mauricio Macri**. Na audiência, prevista para às 11h, os presentes devem avaliar o quadro político e econômico na América do Sul, o futuro do bloco Mercosul e outros temas sensíveis na região, como liberdade de imprensa e direitos humanos.

Plenário	<p>O Senado retorna aos trabalhos legislativos nesta semana com itens remanescentes de 2015 na pauta de Plenário (3), dentre os quais destaquem-se o PLC 125/15, que amplia o <u>Simplex Nacional</u> para empresas com faturamento até R\$ 14 milhões anuais; o SCD 15/15, que altera a sistemática de cobrança do ISS; o PLC 14/15 (PL 6998/13), acerca de políticas públicas para a <u>primeira infância</u>; o PLS 654/158, que trata do procedimento de <u>licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura</u> considerados estratégicos e de interesse nacional.</p> <p>Podem ser votados ainda o PLS 432/13, que dispõe acerca da expropriação das <u>propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo</u>; o PLS 131/15, que altera a <u>participação da Petrobrás na exploração do Pré-Sal</u>; o PLS 555/15, sobre a <u>responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas</u>; e a PEC 154/15, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Auxílio a Convergência das Alíquotas Interestaduais do ICMS (<u>Guerra Fiscal</u>).</p>
Comissão de Assuntos Sociais (CAS)	<p>A Comissão deverá se reunir nesta quarta (3), podendo o PLS 337/13 – <u>institui o direito de não comparecimento ao trabalho para a realização de exames médicos</u>, que recebeu parecer pela aprovação, com emenda, da relatora, senadora Lúcia Vânia.</p>
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)	<p>A Comissão agendou, para amanhã (2), audiência pública do Ciclo de Debates sobre “O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação”, para discutir o <u>Trabalho Escravo</u>. Dentre os participantes, listam-se representantes do CNJ, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT e do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão.</p> <p>No dia seguinte (3), a Comissão realiza outra audiência pública do mesmo Ciclo de Debates a fim de discutir <u>as consequências da greve dos peritos da Previdência Social</u>. Os convidados são, entre outros, representantes da Federação Nacional dos Médicos – FENAM, do Conselho Federal de Medicina – CFM e do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS.</p> <p>Dando continuidade ao Ciclo de Debates, a comissão realiza ainda, na quinta (4), audiência pública para discutir <u>as reformas previdenciárias, trabalhistas e econômicas</u> anunciadas pelo Governo. Foram convidados para o debate, entre outros, o ministro Lelio Bentes Correa (CNJ) o procurador-geral do MPT, Ronaldo Curado Fleury; e representante da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA).</p>

Política

Cunha tem até dia 12 para se defender na Câmara. Embora o ano legislativo comece nesta terça-feira (2), o Conselho de Ética da Câmara só retomará seus trabalhos na semana seguinte à do Carnaval, quando está prevista a primeira reunião do colegiado em 2016. O início das atividades no Congresso marca a contagem dos prazos do processo contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), acusado de quebra de decoro parlamentar por ter prestado falso testemunho, em depoimento à CPI da Petrobras, ao negar que

mantinha contas no exterior. O peemedebista tem até o dia 12 para apresentar sua defesa. A partir daí, o relator do processo, Marcos Rogério (PDT-RO), inicia a fase de instrução probatória, em que testemunhas poderão ser convidadas a prestar esclarecimentos. Acusação e defesa podem indicar até oito pessoas para testemunhar sobre o processo. No entanto, as atividades do colegiado encontram-se ameaçadas por três recursos: um de autoria da própria defesa de Eduardo Cunha, questionando a condução do processo no Conselho de Ética, e outros dois assinados pelo deputado Carlos Marun (PMDB-MS). Dos três recursos, dois tramitam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); já o terceiro pode ser analisado a qualquer momento pelo vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara, Waldir Maranhão (PP-MA), aliado de Cunha. Nos dois recursos de sua autoria, Marun pede a anulação da reunião do Conselho de Ética que aprovou o parecer pela admissibilidade da representação contra o presidente da Casa. Marun argumenta que o pedido de vistas feito pelo deputado Genecias Noronha (SD-CE) ao relatório apresentado por Marcos Rogério foi negado pelo presidente do conselho, José Carlos Araújo (PSD-BA). O relator do caso na CCJ, Elmar Nascimento (DEM-BA), já adiantou que seu parecer é pelo acolhimento do recurso. Ele argumenta que o pedido de vista feito por Marun é amparado pela Constituição Federal. No entanto, a estratégia de atuar em duas frentes (na CCJ e na Mesa Diretora) se deve ao fato de que a comissão levará mais tempo para analisar o recurso, pois terá de passar por um novo processo de indicação de membros e eleição da Presidência. Até que o cenário esteja definido, o recurso fica estagnado e as atividades do Conselho de Ética continuam.

Governistas e oposição preveem primeiro semestre paralisado no Congresso. Deputados e senadores retomam os trabalhos legislativos amanhã à tarde (2) com a leitura da mensagem da presidenta Dilma Rousseff, em sessão conjunta do Congresso. No documento, que deve ser lido pelo ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, além de destacar propostas do ajuste fiscal aprovadas em 2015, a presidenta vai pedir apoio para novas medidas, que na avaliação do governo, são indispensáveis para a retomada da economia, como a reforma da previdência e a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A previsão de receitas a serem geradas por essa contribuição está no Orçamento elaborado para 2016, mas a proposta ainda aguarda votação na Câmara dos Deputados. Também depende da Câmara, a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 139/15, que extingue o abono de permanência – bônus concedido a servidores públicos federais que optam por continuar trabalhando após atingir as condições para a aposentadoria. Em nota sobre a retomada dos trabalhos legislativos, o presidente do PT, Rui Falcão, elencou a CPMF, a prorrogação da Desvinculação de Receita da União (DRU) e a taxa dos ganhos de capital, como os assuntos “mais urgentes” e fez um apelo para que os parlamentares analisem estas matérias independente de posicionamentos políticos em relação ao Planalto. “É preciso que os parlamentares, a despeito das disputas partidárias, percebam que o Brasil é maior que qualquer divergência. Afinal, o Executivo adotou uma iniciativa importante, ao convocar e propor, ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho, ações de combate à recessão e voltadas para a recuperação do crescimento”, destacou.

Governadores discutem em Brasília saídas para crise econômica nos estados. Governadores e vice-governadores de 25 estados participam hoje (1º) de uma reunião na residência oficial do governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg. Na pauta, uma agenda comum focada na busca de uma saída para a crise econômica, a retomada do crescimento e a melhora situação financeira dos estados. É o segundo encontro do Fórum Permanente de Governadores. O primeiro foi no dia 28 de dezembro de 2015. A reunião desta segunda-feira, que começou por volta das 16h. Além de Rollemberg, estão presentes os governadores do Acre, de Alagoas, do Amapá, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, do Pará, da Paraíba, do Paraná, de Pernambuco, do Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, de Roraima, de Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e do Tocantins. Os estados do Amazonas, da Bahia, do Espírito Santo e de Rondônia serão representados pelos vice-governadores. Já os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte não participam do encontro. Os governadores vão retomar o debate das propostas apresentadas no encontro passado. Uma delas é o pedido para que o governo federal volte a autorizar operações de crédito pelos estados. Eles também pleiteiam a criação de um fundo garantidor para que os estados e municípios possam firmar parcerias público-privadas (PPPs). Outra reivindicação dos governadores é em relação à dívida dos estados. O Congresso Nacional aprovou uma nova lei que autoriza a redução dos juros cobrados pela União sobre a dívida dos entes federados, mas o assunto ainda precisa de regulamentação do governo federal. O financiamento da saúde pública é outro assunto que interessa aos chefes de governo estaduais, que querem que a União delegue a estados e municípios a prerrogativa de

cobrar dos planos de saúde os atendimentos oferecidos na rede pública a pessoas conveniadas. Os governadores também pedem que seja autorizado o uso de recursos de compensação previdenciária a que os estados têm direito para abater as dívidas com a União, a partir de um novo indexador; a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) 74/2015 que autoriza o uso de 40% dos recursos de depósitos judiciais para o pagamento de precatórios e a prorrogação de cinco para dez anos do prazo para pagamento de precatórios. Após a reunião, eles terão uma reunião com o presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

“Impeachment perdeu muita força”, diz Temer. O vice-presidente Michel Temer (PMDB) disse ontem, sexta-feira, em João Pessoa, que o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) “perdeu força”. As declarações foram dadas à rádio CBN da Paraíba, onde Temer participou de reunião com líderes locais. A relação de Temer com Dilma ficou bastante tensa nos últimos meses de 2015. O vice chegou a enviar carta à presidente para dizer que se sentia “decorativo” e que o governo e a petista não confiavam nele. Nos bastidores, petistas acusavam o presidente do PMDB de conspirar pelo impeachment de Dilma. Na entrevista, Temer também admitiu a possibilidade de retomada da CPMF.

Base cobra protagonismo do PT para apoiar propostas impopulares do governo. Com a previsão de o governo encaminhar uma série de propostas impopulares ao Congresso em pleno ano eleitoral, lideranças da base aliada afirmam estar abertas para discussão dos projetos, mas colocam como condição que o PT assuma o protagonismo e o potencial desgaste do debate. Entre os temas polêmicos que deverão ser discutidos pelos parlamentares após o fim do recesso Legislativo, nesta terça-feira, 2, está a recriação da CPMF e a reforma previdenciária. Além desses dois pontos, o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, também defendeu na semana passada, em reunião realizada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) - o 'Conselhão' - a criação de uma margem fiscal legal para acomodar flutuações de receita, uma espécie de banda para a meta fiscal. Barbosa propôs criar, também, um limite legal para o crescimento do gasto público. Uma abordagem direta com os congressistas sobre os temas mais urgentes para a área econômica está prevista para ocorrer nesta terça, ocasião em que o ministro se reúne com as principais lideranças da base aliada. Aliado do Palácio do Planalto, o deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), líder da maior bancada da Câmara, considera que a unificação da base em torno das propostas passa obrigatoriamente pela defesa dos projetos por parte do PT. “Os temas que estão colocados precisam ter desfecho. É fundamental que se construa um consenso na base. É importante que todos os partidos estejam na mesma direção, inclusive o PT”, afirmou o deputado ao Estado. Entendimento similar é dividido pelo líder do PSD na Câmara, Rogério Rosso (DF). “Se o PT não for para o enfrentamento das reformas estruturantes, a sinalização para a base é óbvia: o governo terá dificuldades políticas em um ano eleitoral. Se ele, o PT, não encampar, não vai poder pedir para os outros fazerem”, considerou Rosso. No Senado, líderes também defendem que a discussão comece de imediato e que o PT encabece a defesa das propostas cruciais para o governo. “O PT tem obrigação de tomar a frente e vai fazê-lo”, afirmou o líder do PDT na Casa, Acir Gurgacz (RO).

Eleição de líderes partidários movimentará retomada dos trabalhos legislativos. A retomada dos trabalhos legislativos a partir da próxima terça-feira (2) deverá ser marcada pelas reuniões e conversas internas entre as bancadas dos 27 partidos políticos que têm representação no Congresso Nacional. A maior parte deles escolherá seus líderes após o carnaval, quando o ano legislativo começará de fato. A definição das lideranças partidárias terá grande relevância para o quadro político do ano que se inicia. Cabe aos líderes, por exemplo, indicar os membros que irão compor a comissão especial que analisará o pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Não só por isso a definição de quem comandará cada bancada interessa ao governo. Os líderes também orientam como os deputados votarão os diversos projetos de interesse do Planalto que estarão na pauta da Câmara e do Senado. Nas maiores bancadas as negociações já começaram. Os deputados do PMDB negociaram durante o recesso as regras e candidaturas para sua liderança. Ao fim, está decidido que os candidatos poderão se registrar até o dia 3 e a eleição ocorrerá dia 17. Até o momento estão postas as candidaturas do atual líder, Leonardo Picciani (PMDB-RJ), e de Hugo Mota (PMDB-PB). O deputado Leonardo Quintão (MG), que havia se lançado para a disputa, desistiu de concorrer e declarou apoio a Picciani.

Judiciário

Sessão solene abre Ano Judiciário nesta segunda-feira. Teve início na tarde de hoje (1º) o Ano Judiciário de 2016, em sessão solene realizada no Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) e conduzida pelo presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski. Para a solenidade, foram convidadas autoridades e representantes dos três Poderes da República. A partir de amanhã (2), a partir das 14h, serão retomados os julgamentos no STF com as sessões das Turmas. No Plenário, os julgamentos serão realizados no mesmo horário, às quartas e quintas-feiras.

Último Foco

Imóvel com desconto e crise motivam 'boom' de pedidos de devolução. O assistente social José Paulo de Lima comprou um imóvel na planta por R\$ 220 mil em Itaquera, na zona leste de São Paulo. Depois que o apartamento ficou pronto, ele viu um anúncio no site da construtora oferecendo unidades idênticas no mesmo prédio por R\$ 180 mil. Decidiu então devolver. Quando ele comprou o apartamento, em 2012, os preços dos imóveis no Brasil estavam em alta. Naquele ano, o valor do metro quadrado havia subido 13,7% em 12 meses, segundo o índice FipeZap. Mas o cenário mudou de lá para cá. Em 2015, os preços dos imóveis caíram 8,48%, descontada a inflação do período. Essa desvalorização, aliada aos juros mais altos para financiar a casa própria, complicou a vida de José Paulo. Na entrega das chaves – quando é preciso fazer um financiamento imobiliário –, o banco dificultou a liberação do crédito. “Infelizmente, a minha capacidade de renda não permite pagar esse apartamento, por isso quero devolver para a construtora”, explica. Esse pedido de devolução, conhecido como distrato, é um direito de quem comprou o imóvel na planta e ainda não fez um financiamento com o banco após a entrega das chaves. Ao quebrar o contrato com a construtora, o comprador, mesmo inadimplente, recebe de volta parte do que pagou e o imóvel retorna para ser revendido ao mercado. Nos primeiros nove meses de 2015, as construtoras receberam de volta 41% das unidades vendidas em lançamentos, um total de R\$ 4,9 bilhões, apontou um relatório divulgado este mês pela agência Fitch. Em 2014, esse percentual foi de 29% e, em 2013, de 24%.

Eficiência Energética será tema de Comitê Técnico criado pelo governo federal. O Governo Federal publicou no Diário Oficial da União (DOU), nesta segunda-feira (01/02), a Resolução nº 4 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que cria o Comitê Técnico para Eficiência Energética (CTEE), com o objetivo de propor estratégias para promoção da eficiência energética no país. O Comitê será responsável pelo estudo de programas e ações de eficiência energética e de Pesquisa & Desenvolvimento nessa área, centralizando essas ações em um foro especializado. O CTEE será composto por representantes dos ministérios de Minas e Energia, responsável pela coordenação do grupo; Ciência e Tecnologia e Inovação; Planejamento; Fazenda; Meio Ambiente; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e Transportes; além da Casa Civil da Presidência da República e do Fórum Nacional dos Secretários de Energia. A criação do Comitê permite a reorientação de recursos já existentes para as ações de Eficiência Energética e a fixação de diretrizes de governo para tais programas.

Incorporadoras têm quarto ano consecutivo de queda. Os lançamentos de imóveis pelas incorporadoras de capital aberto tiveram forte retração em 2015. As prévias operacionais já divulgadas apontam encolhimento de 31,5% no Valor Geral de Vendas (VGV) lançado pelas companhias listadas em bolsa, para R\$ 10,9 bilhões. No quarto trimestre, a queda foi na mesma proporção, para R\$ 3,72 bilhões. Os dados consideram apenas a parte própria das companhias, sem a fatia dos sócios nos empreendimentos. Cyrela, Direcional Engenharia, Even, EZTec, Gafisa, Helbor, MRV Engenharia e Rodobens Negócios Imobiliários apresentaram seus números operacionais. O ano de 2015 foi o quarto consecutivo com redução de lançamentos. O setor manteve a prioridade na venda de estoques, volume engrossado pelo aumento de distratos decorrentes de mais restrições do crédito imobiliário desde maio e pela piora das condições de emprego e renda e dos níveis de confiança do consumidor. Incorporadoras apostaram também na venda de ativos que deixaram de ser considerados estratégicos, como terrenos de algumas regiões, e até mesmo participações em projetos. Essas medidas foram tomadas, principalmente, por empresas com patamar de endividamento elevado. No consolidado, a retração teria sido maior, se não fosse o desempenho de empresas que atuam nas faixas 2 e 3 do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. Os dois segmentos são financiados com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que não sofreram restrições.